

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contra-Razões e Decisões

RECURSO :

AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS - SENAD

APARECIDA MARIA FIXER, brasileira, Leiloeira Oficial, portadora do RG nº. 4.536.965-0 SSP/PR e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 642.450.479-68, com endereço na Doutor Arthur Jorge, 1256 – Ap. C – Nº 7, Centro, Campo Grande/MS, Cep: 79.002-450, vêm mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, em face do Cancelamento Item 2 (MS) do Edital de Pregão Eletrônico 04/2019, conforme fatos e fundamentos adiante explanados:

1) DOS FATOS:

A SENAD - Secretaria Nacional de Políticas Anti-Drogas do Ministério da Justiça publicou em 14/03/2019, edital de credenciamento para contratação de Leiloeiro Oficial no Estado de Mato Grosso do Sul.

Isto posto, ressalto que, as atribuições exigidas para o Leiloeiro Oficial na organização e realização deste leilão são bem mais complexas e abrangentes do que as obrigações regulamentadas na Lei Federal 21.931/32 e, devido às responsabilidades extras a serem assumidas pelo Leiloeiro Oficial, o próprio edital de credenciamento possibilitou propostas de comissionamento a serem pagas pelo comitente e pelos arrematantes nas proporções:

COMITENTE: 5% SOBRE O VALOR DA ARREMATACÃO
ARREMATANTE: 5% SOBRE O VALOR DA ARREMATACÃO

Pois bem, em participação ao certame do Pregão Eletrônico nº. 04/2019 - Processo nº. 08129.002051/2019-50, verifica-se que a licitação realizou-se no tipo MENOR PREÇO e conforme determinado em edital de licitação, no caso de empate das propostas, restou determinado a realização de sorteio entre os leiloeiros classificados.

Assim, em consonância com a tabela disposta no item 5.6.1.7 do edital de licitação, esta licitante ofereceu sua proposta junto ao Pregão, no percentual de 5% (cinco por cento) a ser pago pelo comitente, obedecendo o teto máximo previsto no edital de licitação.

Da mesma forma, houve outra proposta protocolada por licitante diversa, em que atribuiu o mesmo percentual oferecido por esta Leiloeira Oficial, restando as propostas então iguais.

Cumpramos ressaltar que, além das referidas leiloeiras, o item 2 do presente pregão não obteve mais licitantes interessados na participação para contratação da prestação dos serviços no Estado de Mato Grosso do Sul, vez que notavelmente, os outros profissionais da leiloeira atuante no Estado de Mato Grosso do Sul NÃO ACEITARAM TRABALHAR POR ESSES VALORES, ou seja, o teto máximo aceito no edital de pregão, sendo a comissão de 5% para o Comitente e 5% de comissão do arrematante, HAJA VISTA A ENORME ATRIBUIÇÃO EXIGIDA.

Dando sequência ao pregão, para sua surpresa desta licitante, a Srª Pregoeira determinou o CANCELAMENTO DO CERTAME no Item 2 (MS), alegando que o percentual proposto pelos proponentes não se enquadra como vantajoso para a Administração Pública. Entretanto, esta licitante participou do certame observando fielmente as regras contidas no edital do pregão, e mesmo assim, a licitação foi cancelada, desconsiderando totalmente as propostas oferecidas.

Não obstante, foi publicada reportagem no endereço eletrônico <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/secretario-antidrogas-vem-a-ms-para-discutir-milhoes-em-bens-apreendidos>, onde “justifica-se” o cancelamento do certame no Mato Grosso do Sul:

“Porque ele está muito preocupado. Eles tentaram fazer um edital para credenciar leiloeiros para venda desses bens apreendidos nesses crimes que envolvem traficantes e não conseguiram credenciar nenhum leiloeiro em Mato Grosso do Sul. Fizeram no Brasil inteiro e aqui não conseguiram, tiveram que cancelar o edital. Como o tribunal vem fazendo os leilões há anos, com êxito, é o melhor tribunal do Brasil que faz esses leilões, ele vem pra cá pra ver, manter o nosso sistema, a princípio. Vamos explicar, que ao invés de fazerem o leilão por Brasília, vamos usar os nossos 6, 8 leiloeiros para continuar fazendo aqui”, comentou.

[...]

Segundo Videira, Mato Grosso do Sul é o estado que mais vende carros apreendidos. O secretário também é favorável que os leilões continuem a ser realizados no estado.

“Se você centralizar corre o risco de burocratizar, Mato Grosso do Sul é exemplo de boa prática”, declarou.

“Eu fiz uma reunião com alguns leiloeiros e eles não se cadastraram porque viam dificuldades”, disse.”

Ocorre que, é fatídico que houveram licitantes que participaram do certame, observando fielmente as regras contidas no edital de licitação, e mesmo assim a licitação foi cancelada, desconsiderando totalmente as propostas oferecidas tempestivamente.

É importante ressaltar que já foram realizados leilões do CEAD (órgão estadual que representa o SENAD) no Estado de Mato Grosso do Sul, praticamente nos mesmos moldes determinado no edital de credenciamento.

Sendo assim, todos os leiloeiros matriculados na Junta Comercial de Mato Grosso do Sul já tinham noção não apenas dos serviços a serem desenvolvidos junto ao SENAD, mas principalmente dos investimentos necessários para os procedimentos preparatórios do leilão, no tocante à remoção, guarda, preparação dos lotes, disponibilização de colaborador exclusivamente para acompanhamento dos interessados à visitação, intensa divulgação, equipe de suporte ao ato do leilão e tantos outros investimentos que, são todos antecipados pelo leiloeiro credenciado para ser ressarcido exclusivamente por meio da comissão a ser recebida e ainda apenas em caso de efetiva arrematação.

Essa questão certamente afastou outros licitantes, e por isso, apenas duas propostas foram apresentadas e ambas dentro dos limites previstos no edital.

Além disso, cada Estado possui sua particularidade, e o Estado de Mato Grosso do Sul a realidade é outra, pois o custo dos serviços a serem prestados são muito expressivos, destoando da realidade de outras regiões brasileiras.

Inconformada com a situação ocorrida e ciente que cumpriu com todos os requisitos do instrumento editalício, observa-se que a justificativa para o cancelamento da licitação é completamente descabida, visto que sua proposta foi formulada conforme determinações do edital de licitação, ficando nítido o poder discricionário da Administração, que deixou de observar as regras dispostas em edital, por ela confeccionado.

2) DA OFENSA AOS PRINCÍPIOS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS:

A Constituição Federal, no caput do Artigo 37, disciplina os princípios constitucionais básicos que devem ser seguidos pela administração pública, quais sejam: LEGALIDADE; IMPESSOALIDADE; MORALIDADE; IGUALDADE; PUBLICIDADE; PROIBIDADE ADMINISTRATIVA; VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO; e JULGAMENTO OBJETIVO.

Entretanto, é absurdo permitir que a administração pública utilize do princípio da discricionariedade para cancelar licitação já iniciada, mesmo com a observância de todas as regras dispostas no edital.

Caso não haja a observância aos princípios administrativos, a validade do processo de licitação fica comprometida, tornando-o vulnerável à sua desconstituição por razões de juridicidade.

O certame está ocorrendo em desacordo com os princípios norteadores da licitação, prejudicando aos interessados, mediante fundamentação que não deve prevalecer, pois o percentual de comissão foi estabelecido previamente em edital por ela confeccionado e veiculado.

Deve ser observado e seguido o Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório, pois este é corolário do Princípio da Legalidade e da Objetividade das determinações habilitatórias. Este, impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade.

Assim, comprovando a necessidade de observância do edital de licitação, cita-se importante julgado do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema:

"Constitucional e Processual Civil. Licitação. Instrumento convocatório. Exigência descabida. Mandado de segurança. Deferimento. A vinculação do instrumento convocatório, no procedimento licitatório, em face da lei de regência, não vai ao extremo de se exigir providências anódinas e que em nada influenciam na demonstração de que o licitante preenche os requisitos (técnicos e financeiros) para participar da concorrência." (STJ - MS 5647-DF, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, DJ de 17/02/99, p. 00102).

Isto posto, esta licitante não pode ser prejudicada, devendo a licitação ser mantida, com a continuidade dos atos já praticados, devendo a Srª Pregoeira analisar e aprovar a proposta apresentada, seguindo as posteriores fases do pregão, uma vez que encontra-se em total conformidade com o edital de licitação.

3) DOS PEDIDOS:

Ante o exposto, requer que Vossa Senhoria se digne a determinar a continuidade da licitação atinente ao item 2 do edital (MS), analisando as propostas apresentadas tempestivamente pelos licitantes e realizando todos os trâmites pertinentes ao Pregão, possibilitando uma licitação justa, transparente, e principalmente nos ditames da Lei.

Não sendo deferido seu pedido de prontidão, pugna esta licitante pelo envio deste Recurso Administrativo para autoridade superior, visando uma nova apreciação e julgamento das ocorrências e fundamentações explanadas.

Termos em que,
Respeitosamente,

Pede por deferimento.

APARECIDA MARIA FIXER
LEILOEIRA OFICIAL

Fechar